

**CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

Setor de Administração Federal Sul - SAFS, Qd 2 Lt 3
Edifício Adail Belmonte
Brasília - DF - CEP: 70070-600
Telefone: (61) 3366-9100
www.cnmp.mp.br

SUMÁRIO

Presidência.....	1
Secretaria Geral.....	21
Plenário.....	26
Corregedoria Nacional.....	29

PRESIDÊNCIA

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
5ª Sessão Ordinária de 2024

Data: 16/04/2024

Hora: 09:00

Local: Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público – Setor de Administração Federal Sul, Quadra 2, Lote 3 – Brasília/DF

PAUTA DESTA SESSÃO**PARTE I**

1) Aprovação das Atas da 3ª Sessão Ordinária de 2024 (12/03/2024) e da 4ª Sessão Ordinária de 2024 (19/03/2024).

PARTE II – PROCESSOS ELETRÔNICOS**Processos com Pedido de Vista**

Pedido de Vista na 6ª Sessão Ordinária de 2022 (26/04/2022)

- 1) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.01094/2021-58
- Requerente: Cristiano Zanin Martins
- Advogados: Valeska Teixeira Zanin Martins – OAB/SP nº 153720; Victor Lugan Rizzon Chen – OAB/SP nº 448673
- Requerido: Corregedoria do Ministério Público Federal
- Interessado: Membro do Ministério Público Federal
- Advogados: Andre Fonseca Roller – OAB/DF nº 20.742; Fernando Gaião Torreão de Carvalho – OAB/DF nº 20.800; Felipe de Oliveira Mesquita – OAB/DF nº 34.673
- Objeto: Ministério Público Federal. Revisão de Processo Disciplinar. Expediente PGR-00020423/2021. Decisão definitiva proferida no âmbito da Corregedoria Geral do Ministério Público Federal, que determinou o arquivamento da representação.
- Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda
- Origem: Distrito Federal
- Vista: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira

Pedido de Vista na 13ª Sessão Ordinária de 2023 (12/09/2023)

- 2) Pedido de Providências nº 1.01262/2022-78
- Requerente: Claudinei Valdemar Galo

Advogados: Lazaro Tomaz de Lima – OAB/SP nº 163.73; José Carlos Nogueira – OAB/SP nº 110088
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Desrespeito ao princípio da segurança jurídica. Apuração com interpretações distintas referentes aos mesmos fatos. Prejuízos ao requerente para exercício de cargo em comissão na Secretaria de Transporte e Mobilidade Urbana no Município de Suzano, segundo Lei Municipal nº 4.612/2012. Procedimentos MP nº 43.0451.0001837/2019-6 e MP nº 14.0451.0002423/2021-2
Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda
Origem: São Paulo
Vista: Cons. Jayme Martins de Oliveira Neto
Cons. Paulo Cezar dos Passos

Pedido de Vista na 19ª Sessão Ordinária de 2023 (12/12/2023)

- 3) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.00649/2023-70 (Processo Sigiloso)
Requerente: Sigiloso
Advogada: Isabela Blanco Pamplona – OAB/RJ nº 183669
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Interessado: Membro do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Advogados: Aristides Junqueira Alvarenga – OAB/DF nº 12.500; Juliana Moura Alvarenga Dilascio – OAB/DF nº 20.522; Luciana Moura Alvarenga Simioni – OAB/DF nº 1878-A
Objeto: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Revisão de Processo Disciplinar. Sindicância n.º 20.22.0001.0054267.2022-92.
Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: Rio de Janeiro
Vista: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa

Pedido de Vista na 1ª Sessão Ordinária de 2024 (05/02/2024)

- 4) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00604/2023-13
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado de São Paulo
Advogados: Levy Emanuel Magno – OAB/SP nº 107041; Ana Paula Alves Magno – OAB/SP nº 359.103
Interessado: Ministério Público do Estado de São Paulo
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado de São Paulo. Manifestação considerada machista e misógina, de conteúdo ofensivo, praticado pelo promotor de justiça contra advogado de defesa, durante sessão plenária de Tribunal do Júri. Reclamação Disciplinar nº 1.01237/2022-02. Portaria CN-CODI nº 177/2023
Relator: Cons. Rogério Magnus Varela Gonçalves
Origem: São Paulo
Vista: Cons. Paulo Cezar dos Passos
Cons. Ivana Lucia Franco Cei
Cons. Cintia Menezes Brunetta

Pedidos de Vista na 2ª Sessão Ordinária de 2024 (27/02/2024)

- 5) Reclamação Disciplinar nº 1.00872/2023-07 (Processo Sigiloso)
Requerente: Sigiloso
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado de São Paulo
Interessados: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de São Paulo; Ministério Público do Estado de São Paulo
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado de São Paulo.
Relator: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa
Origem: São Paulo
Vista: Cons. Jayme Martins de Oliveira Neto
6) Reclamação Disciplinar nº 1.00439/2023-54 (Recurso Interno)
Recorrente: Wederson Advincula Siqueira
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado de Minas Gerais

Advogado: Luis Carlos Parreiras Abritta – OAB/MG nº 58.400
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.
Relator: Cons. Paulo Cezar dos Passos
Origem: Minas Gerais
Vista: Cons. Rodrigo Badaró Almeida de Castro
Cons. Edvaldo Nilo de Almeida

Pedido de Vista na 3ª Sessão Ordinária de 2024 (12/03/2024)

- 7) Proposição nº 1.01146/2023-58
Requerentes: Jayme Martins de Oliveira Neto; Rodrigo Badaró Almeida de Castro
Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Conselho Nacional de Corregedores Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Federação Nacional dos Servidores dos Ministérios Públicos Estaduais; Ministério Público dos Estados; Ramos do Ministério Público da União
Advogado: Rudi Meira Cassel – OAB/DF nº 22.256
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução que dispõe sobre as Comissões de Prevenção a Situações de Risco à Saúde Mental e sobre sua atuação no combate à violência, aos assédios sexual e moral e à discriminação no âmbito do Ministério Público.
Relator: Cons. Rogério Magnus Varela Gonçalves
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Moacyr Rey Filho

Pedido de Vista na 4ª Sessão Ordinária de 2024 (19/03/2024)

- 8) Conflito de Atribuições nº 1.00055/2024-77
Requerente: Ministério Público do Estado de Pernambuco
Requerido: Ministério Público do Trabalho
Objeto: Ministério Público do Estado de Pernambuco. Ministério Público do Trabalho. Conflito negativo de atribuição. Notícia de Fato nº 02034.000.238/2023. Suposto desvirtuamento na contratação de serviços terceirizados prestados pela empresa OPA Serviços Terceirizados para a Prefeitura Municipal de Ouricuri.
Relator: Cons. Rogério Magnus Varela Gonçalves
Origem: Pernambuco
Vista: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa

Processo com pedido de vista regimental cancelados em razão de fim de mandato

- 9) Proposição nº 1.00328/2018-90
Requerente: Orlando Rochadel Moreira
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Dispõe sobre a impossibilidade de servidor ou membro do Ministério Público requerer a aposentadoria voluntária no curso de processo punitivo disciplinar.
Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda
Origem: Distrito Federal

Processos Remanescentes

Incluído na Pauta da 5ª Sessão Ordinária de 2022 (19/04/2022)

- 10) Reclamação Disciplinar nº 1.00555/2019-23 (Recurso Interno)
Recorrente: Luiz Paulo Teixeira Ferreira
Advogada: Desiree Gonçalves de Sousa – OAB/DF nº 51483
Recorrido: Membro do Ministério Público Federal
Advogados: Alexandre Vitorino Silva – OAB/DF nº 15.774, Bruna Cabral Vilela Bonomi – OAB/DF nº

43.447; Dayane Rabelo Queiroz – OAB/DF nº 59118.
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público Federal.
Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: Paraná

Incluído na Pauta da 17ª Sessão Ordinária de 2022 (22/11/2022)

- 11) Reclamação Disciplinar nº 1.00591/2019-97 (Recurso Interno)
Recorrentes: José Renan Vasconcelos Calheiros; Rogerio Correia de Moura Baptista
Recorridos: Membros do Ministério Público Federal
Advogados: Felipe de Oliveira Mesquita – OAB/DF nº 34.673; Luiz Roberto Fonseca Silva – OAB/SP nº 351939; Marcio Fernando Elias Rosa – OAB/SP nº 83.744; Carlos Mohn Roller – OAB/DF nº 62.938
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membros do Ministério Público Federal.
Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: Paraná

Incluídos na Pauta da 3ª Sessão Ordinária de 2023 (14/03/2023)

- 12) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00483/2020-85
Requerente: Misael Silva Nogueira
Requeridos: Ministério Público do Estado do Acre; Ministério Público do Estado do Amapá
Objeto: Ministério Público do Estado do Acre. Ministério Público do Estado do Amapá. Irregularidades no pagamento de auxílio saúde. Pagamento mediante comprovação de gastos. Pedido liminar.
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: Amapá
- 13) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00494/2020-83
Requerente: Misael Silva Nogueira
Requerido: Ministério Público do Estado do Amazonas
Interessada: Associação Amazonense do Ministério Público
Objeto: Ministério Público do Estado do Amazonas. Irregularidades. Pagamento. Auxílio Saúde. Proibição de penduricalhos e auxílios ao subsídio dos membros do Ministério Público brasileiro.
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: Amazonas

Incluído na Pauta da 11ª Sessão Ordinária de 2023 (08/08/2023)

- 14) Reclamação Disciplinar nº 1.00490/2019-06 (Recurso Interno)
Recorrente: Associação Brasileira de Juristas pela Democracia
Advogados: Rivadavio Anadão de Oliveira Guassu – OAB/DF nº 41777; Raimundo Cezar Britto Aragão – OAB/DF nº 32147-B; Nuredin Ahmad Allan – OAB/PR nº 37.148-A
Recorridos: Membros do Ministério Público Federal
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membros do Ministério Público Federal.
Relator: Cons. Rogério Magnus Varela Gonçalves
Origem: Paraná

Incluídos na Pauta da 13ª Sessão Ordinária de 2023 (12/09/2023)

- 15) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00788/2022-40 (Recurso Interno)
Recorrente: Pedro Paulo Mendes Martins
Advogados: Luciana Alves de Lima Angelo – OAB/PR nº 56332; Luiz Eduardo Canto de Azevedo Bueno – OAB/PR nº 88950
Recorrido: Ministério Público do Estado do Paraná
Objeto: Ministério Público do Estado do Paraná. Procedimento de impugnação de vitaliciedade de membro. Decisão do Colégio de Procuradores de Justiça. Determinação para reintegração do requerente ao cargo de Promotor de Justiça.

Relator: Cons. Moacyr Rey Filho
Origem: Paraná

16) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00613/2023-04

Requerente: Sindicato Nacional dos Servidores do Ministério Público da União e do Conselho Nacional do Ministério Público
Advogado: Fabio Fontes Estillac Gomez – OAB/DF nº 34.163
Requerido: Ministério Público da União
Objeto: Ministério Público da União. Procuradoria-Geral da República. Pedido de revisão da Portaria PGR/MPU nº 629, de 21 de novembro de 2011, para incluir entre os beneficiários do auxílio pré-escolar os dependentes que possuem deficiência motora. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: Distrito Federal

Incluído na Pauta da 17ª Sessão Ordinária de 2023 (14/11/2023)

17) Proposição nº 1.00370/2023-04

Requerente: Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Conselho Nacional de Corregedores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Estabelecimento de diretrizes e procedimentos sobre a cooperação entre os órgãos do Ministério Público e entre estes e outras pessoas, órgãos e instituições.
Relator: Cons. Moacyr Rey Filho
Origem: Distrito Federal

Incluído na Pauta da 19ª Sessão Ordinária de 2023 (12/12/2023)

18) Pedido de Providências nº 1.00211/2023-55

Requerente: Eliseu Sampaio Santos
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia
Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Atuação. Promoção de arquivamento. Processo nº 800033103.2022.8.05.0245. Apuração de crime de estelionato cometido contra o requerente. Suposta subtração de provas juntadas ao processo.
Relator: Cons. Paulo Cezar dos Passos
Origem: Bahia

Incluídos na pauta da 2ª Sessão Ordinária de 2024 (27/02/2024)

19) Reclamação Disciplinar nº 1.00214/2023-16 (Recurso Interno)

Recorrente: Atila Stanislawski
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado do Paraná
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado do Paraná.
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: Paraná

20) Conflito de Atribuições nº 1.00042/2024-61

Requerente: Procuradoria da República – Alagoas/União dos Palmares
Requerido: Ministério Público do Estado de Alagoas
Objeto: Ministério Público Federal. Ministério Público do Estado de Alagoas. Conflito negativo de atribuição. Procedimento extrajudicial nº 01.2020.0000.1959-6. Notícia de Fato nº 1.11.001.000269/2023-41 (originário da Notícia de Fato nº 1.11.000.000624/2023-92). Apuração de irregularidades na contratação de escritórios advocatícios. Pagamento de honorários advocatícios contratuais sobre benefícios auferidos com recursos dos precatórios do FUNDEF. Município de Capela/AL.

Relator: Cons. Jayme Martins de Oliveira Neto
Origem: Alagoas

Incluídos na Pauta da 3ª Sessão Ordinária de 2024 (12/03/2024)

- 21) Reclamação Disciplinar nº 1.00741/2021-96 (Recurso Interno)
Recorrente: Cristiano Zanin Martins
Advogados: Lyzie de Sousa Andrade Perfi – OAB/SP n.º 368980; Eduardo Ramos Junior – OAB/SP n.º 304887; Maria de Lourdes Lopes – OAB/SP n.º 77513; Eliakin Tatsuo Yokosawa Pires dos Santos – OAB/SP n.º 386266; Guilherme Queiroz Gonçalves – OAB/DF n.º 37961; Victor Lugan Rizzon Chen – OAB/SP n.º 448673; Valeska Teixeira Zanin Martins – OAB/SP n.º 153720; Ari Crispim dos Anjos Junior – OAB/SP n.º 256825; William Gabriel Wacławovsky – OAB/SP n.º 373933
Recorridos: Membros do Ministério Público Federal
Advogados: Andre Fonseca Roller – OAB/DF n.º 20.742/DF; Fernando Gaião Torreão de Carvalho – OAB/DF n.º 20.800; Felipe de Oliveira Mesquita – OAB/DF n.º 34.673; Carlos Mohn Roller – OAB/DF n.º 62.938
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membros do Ministério Público Federal.
Relatora: Cons. Ivana Lucia Franco Cei
Origem: Rio de Janeiro
- 22) Reclamação Disciplinar nº 1.00065/2023-21 (Recurso Interno) (Processo Sigiloso)
Recorrente: Sigiloso
Advogados: Maria Luiza Rosa Diniz Rodrigues – OAB/DF n.º 56530; Michelangelo Cervi Corsetti – OAB/DF n.º 53486
Recorrido: Membro do Ministério Público Federal
Advogados: Andre Fonseca Roller – OAB/DF n.º 20.742; Felipe de Oliveira Mesquita – OAB/DF n.º 34.673
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público Federal.
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: Goiás
- 23) Reclamação Disciplinar nº 1.00267/2023-00 (Recurso Interno)
Recorrente: Federação Nacional dos Servidores dos Ministérios Públicos Estaduais – FENAMP
Advogados: Marcos Joel dos Santos – OAB/DF n.º 21203; Araceli Alves Rodrigues – OAB/DF n.º 26720; Rudi Meira Cassel – OAB/DF n.º 22.256; Jean Paulo Ruzzarin – OAB/DF n.º 21006
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado do Tocantins
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado do Tocantins.
Relator: Cons. Moacyr Rey Filho
Origem: Tocantins
- 24) Reclamação Disciplinar nº 1.00341/2023-24
Requerente: Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana
Advogada: Priscila Costa da Silva – OAB/PB n.º 30169
Requeridos: Membros do Ministério Público do Estado da Paraíba
Advogado: José Edísio Simões Souto – OAB/PB n.º 5.405
Interessados: Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado da Paraíba; Ministério Público do Estado da Paraíba
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membros do Ministério Público do Estado da Paraíba.
Relator: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa
Origem: Paraíba
- 25) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00375/2023-82
Requerente: Maria Cecilia Pontes Caraubá
Requerido: Ministério Público do Estado de Alagoas
Objeto: Ministério Público do Estado de Alagoas. Eleição para escolha de coordenador das Promotorias de Justiça da Fazenda Pública Estadual da Capital. Ausência de regulamentação específica que defina critérios objetivos de desempate. Requer o

reconhecimento do direito de exercício da função de coordenação e edição do ato respectivo de nomeação.

Relatora: Cons. Ivana Lucia Franco Cei
Origem: Alagoas

- 26) Reclamação Disciplinar nº 1.00463/2023-66 (Recurso Interno) (Processo Sigiloso)
Recorrente: CTINET Soluções em Conectividade e Informática Ltda
Advogado: Alberto Felício Junior – OAB/SP nº 52075
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado de São Paulo
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado de São Paulo.
Relator: Cons. Edvaldo Nilo de Almeida
Origem: São Paulo
- 27) Reclamação Disciplinar nº 1.00518/2023-47 (Processo Sigiloso)
Requerente: Sigiloso
Advogado: Jules Michelet Pereira Queiroz e Silva – OAB/DF nº 47467
Requerido: Sigiloso
Advogados: Andre Fonseca Roller – OAB/DF nº 20.742; Felipe de Oliveira Mesquita – OAB/DF nº 34.673; Fernando Gaião Torreão de Carvalho – OAB/DF nº 20.800
Interessados: Sigilosos
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público Federal.
Relator: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa
Origem: Alagoas
- 28) Proposição nº 1.00715/2023-57
Requerente: Rogério Magnus Varela Gonçalves
Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Conselho Nacional de Corregedores Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Flexibilização da forma de avaliação e requisitos prévios à concessão de estágios no âmbito do Ministério Público dos Estados e da União.
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: Distrito Federal
- 29) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.00740/2023-12
Requerente: Mari Oni Santos da Silva
Advogado: Jussara Teresinha Pinto Mendes – OAB/RS nº 31738
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul
Objeto: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. PR. 0003501086/2019-5. Solicita suspensão da decisão do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul que culminou na aplicação de penalidade de censura à promotora de justiça. Alegação de ofensa aos princípios da ampla defesa e da isonomia. Pedido de Liminar
Relator: Cons. Paulo Cezar dos Passos
Origem: Rio Grande do Sul
- 30) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00067/2024-29
Requerente: Lucas Menezes Cabral
Requerido: Ministério Público do Estado da Paraíba
Objeto: Ministério Público do Estado da Paraíba. V Concurso Público para o Provimento de Cargos Efetivos do Quadro. Alegação de ausência de nomeação de candidatos, bem como existência de número exorbitante de comissionados e requisitos.
Relator: Cons. Edvaldo Nilo de Almeida
Origem: Paraíba
- 31) Conflito de Atribuições nº 1.00122/2024-08

Requerente: Ministério Público do Estado do Espírito Santo
Requerido: Procuradoria da República – Espírito Santo/Serra
Objeto: Ministério Público do Estado do Espírito Santo. Ministério Público Federal. Conflito negativo de atribuição. Notícia de Fato n.º 1.17.000.002362/2023-87. Representação de cidadã noticiando possível desconto indevido por parte do INSS em seu benefício previdenciário.
Relator: Cons. Moacyr Rey Filho
Origem: Espírito Santo

32) Conflito de Atribuições n.º 1.00150/2024-34

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul
Requerido: Procuradoria da República – Mato Grosso do Sul
Objeto: Ministério Público do Estado do Mato Grosso do Sul. Ministério Público Federal. Conflito negativo de atribuição. Notícia de Fato n.º 01.2024.00001602-7. Apuração de possível existência de milícia armada na aldeia Te'Ykuê e regiões em torno, no Município de Caarapó.
Relator: Cons. Moacyr Rey Filho
Origem: Mato Grosso do Sul

Processos desta Sessão (16/04/2024)

33) Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público n.º 1.01100/2017-27 (Embargos de Declaração)
Embargante: Procurador Federal dos Direitos do Cidadão
Embargado: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Nota Técnica n.º 11/2017/PCDF/MPF. Proteção à criança e ao adolescente. Atuação dos Ministérios Públicos estaduais.
Relatora: Cons. Cíntia Menezes Brunetta
Origem: Distrito Federal

34) Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público n.º 1.01105/2017-03 (Embargos de Declaração)
Embargantes: Procurador Federal dos Direitos do Cidadão; Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão
Embargados: Anna Maria Amarante Brancio; Marya Olimpia Ribeiro Pacheco; Renato Barão Varalda
Objeto: Ministério Público Federal. Conflito de atribuições entre a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão e a Justiça Estadual. Edição de Nota Técnica n.º 11/2017/PFDC/MPF. Matéria da infância e juventude.
Relatora: Cons. Cíntia Menezes Brunetta
Origem: Distrito Federal

35) Reclamação Disciplinar n.º 1.00877/2019-36 (Recurso Interno) (Processo Sigiloso)
Recorrente: Sigiloso
Advogados: Manoel Joaquim Pinto Rodrigues da Costa – OAB/BA n.º 11.024; Anderson da Silva Oliveira – OAB/BA n.º 56764
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado da Bahia
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado da Bahia.
Relator: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa
Origem: Bahia

36) Reclamação Disciplinar n.º 1.00399/2022-04 (Embargos de Declaração)
Embargante: Abel Medina Lourenço
Embargado: Membro do Ministério Público do Estado de São Paulo
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado de São Paulo.
Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: São Paulo

37) Notícia de Fato n.º 1.00898/2022-20 (Embargos de Declaração)
Embargante: Rodrigo Dias Azevedo Silva
Objeto: Notícia de Fato. Membros do Ministério Público. Informa supostas irregularidades na

atuação funcional.

Relator: Cons. Rodrigo Badaró Almeida de Castro
Origem: São Paulo

38) Reclamação Disciplinar nº 1.00937/2022-34 (Embargos de Declaração) (Processo Sigiloso)

Embargante: Sigiloso
Advogados: Dayane Rabelo Queiroz – OAB/DF nº 59118; Analina de Jesus Lima – OAB/PI nº 5.601; Bruno Fabricio Elias Pedrosa – OAB/PI nº 15339; Johann Homonnai Junior – OAB/DF nº 42500; Alexandre Vitorino Silva – OAB/DF nº 15.774; Lilian Erica Lima Ribeiro – OAB/PI nº 3508; Bruna Cabral Vilela – OAB/DF nº 43447; Milton Barbosa Rodrigues Junior – OAB/DF nº 13431

Embargado: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado do Piauí.

Relator: Cons. Jayme Martins de Oliveira Neto
Origem: Piauí

39) Reclamação Disciplinar nº 1.01155/2022-59 (Embargos de Declaração) (Apenso: Processos nºs 1.01316/2022-03; 1.01181/2022-78)

Embargante 1: Nelson de Barros O'Reilly Filho
Advogado: Ronaldo Frigini – OAB/SP nº 58.351
Embargado 1: Mauricio Betito Neto
Advogada: Hellen C. Padial Backstron Falavigna – OAB/SP nº 172.798
Embargante 2: Mauricio Betito Neto
Advogada: Hellen C. Padial Backstron Falavigna – OAB/SP nº 172.798
Embargado 2: Membro do Ministério Público do Estado de São Paulo
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membros do Ministério Público do Estado de São Paulo.

Relator: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa
Origem: São Paulo

40) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00073/2023-69 (Embargos de Declaração)

Embargante: Enderson Flavio Costa Lima
Embargado: Ministério Público do Estado do Piauí
Objeto: Ministério Público do Estado do Piauí. Resolução CPJ nº 06/2022. Ato PGJ/PI nº 1.172/2022. Pagamento de licença compensação, para as hipóteses de substituição cumulativa ou desempenho simultâneo de cargos e/ou funções, acima do teto constitucional. Solicita adequação do arcabouço normativo sobre a matéria. Pedido de Liminar.

Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: Piauí

41) Conflito de Atribuições nº 1.00105/2023-90

Requerente: Ministério Público do Estado de São Paulo
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Conflito negativo de atribuição. Processo SEI nº 29.0001.0228211.2022-30 (Ação Penal nº 0035765-86.2017.8.26.0050). Foro competente para execução de pena de multa aplicada de forma isolada na sentença condenatória.

Relator: Cons. Paulo Cezar dos Passos
Origem: São Paulo

42) Conflito de Atribuições nº 1.00259/2023-72

Requerente: Procuradoria da República – Paraná
Requerido: Ministério Público do Estado do Paraná
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Paraná. Ministério Público do Estado do Paraná. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 1.25.002.000027/2023-52. Notícia de Fato – MPPR nº 0117.22.000229-1. Apuração de desvio de função de servidores municipais, ocupantes de cargo de agente comunitário de saúde e que estariam cadastrados no CNES. Município de Quedas do Iguaçu/PR.

Relator: Cons. Paulo Cezar dos Passos
Origem: Paraná

- 43) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00321/2023-35
Requerente: Bahia Habitacional Imobiliária e Serviços Ltda.
Advogada: Maria Gorete Vaz da Costa de Moraes – OAB/BA nº 14725
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia
Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Controle. Inquérito Civil IDEA nº 003.9.4560/2023, instaurado pela Promotoria Regional Especializada em Meio Ambiente do Alto Paraguassu – Lençóis/BA. Denúncia anônima sobre extração mineral sem autorização ambiental. Determinação para suspensão do mencionado Inquérito Civil.
Relator: Cons. Rodrigo Badaró Almeida de Castro
Origem: Bahia
- 44) Reclamação Disciplinar nº 1.00418/2023-01 (Recurso Interno)
Recorrente: Maria de Jesus da Silva
Recorridos: Membros do Ministério Público do Estado de São Paulo
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membros do Ministério Público do Estado de São Paulo.
Relator: Cons. Fernando da Silva Comin
Origem: São Paulo
- 45) Notícia de Fato nº 1.00474/2023-64 (Recurso Interno)
Recorrente: Gustavo de Souza Ramos
Objeto: Notícia de Fato. Membros do Ministério Público Federal. Informa supostas irregularidades na atuação funcional.
Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: Distrito Federal
- 46) Avocação nº 1.00611/2023-05 (Embargos de Declaração) (Processo Sigiloso)
Embargante: Sigiloso
Embargado: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Piauí
Objeto: Ministério Público do Estado do Piauí. Pedido de avocação do Processo Administrativo Disciplinar nº 01/2022. Alegação de dificuldades em investigar, processar e julgar condutas disciplinares de membro do Ministério Público do Estado do Piauí.
Relator: Cons. Paulo Cezar dos Passos
Origem: Piauí
- 47) Conflito de Atribuições nº 1.00659/2023-14
Requerente: Procuradoria da República – Alagoas
Requerido: Ministério Público do Estado de Alagoas
Objeto: Ministério Público Federal no Estado de Alagoas. NF. 1.11.000.000750/2023-47. Ministério Público do Estado de Alagoas. Processo MP 01.2020.00001959-6. Conflito Negativo de Atribuições. Apura uso irregular dos recursos oriundos dos precatórios do FUNDEF. Recursos recebidos por municípios do Estado de Alagoas (Capela, Messias, Rio Largo, Arapiraca, Boca da Mata, Estrela de Alagoas, Feira Grande e Traipu) e usados para pagamento de honorários advocatícios.
Relator: Cons. Paulo Cezar dos Passos
Origem: Alagoas
- 48) Reclamação Disciplinar nº 1.00684/2023-80 (Recurso Interno)
Recorrente: Associação dos Magistrados do Estado de Goiás
Advogado: Artur Henrique Bahia Azevedo – OAB/GO nº 46982
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado de Goiás
Advogado: Alexandre lunes Machado – OAB/GO nº 17.275
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado de Goiás.
Relator: Cons. Rogério Magnus Varela Gonçalves
Origem: Goiás

- 49) Conflito de Atribuições nº 1.00713/2023-40
Requerente: Procuradoria da República – Sergipe
Requerido: Ministério Público do Estado de Sergipe
Objeto: Ministério Público Federal. Ministério Público do Estado de Sergipe. Conflito negativo de atribuição. Notícia de Fato nº 1.35.000.000635/2023-31. Apuração de danos ambientais em razão da construção de casas e instalação de contêiner em área de manguezal, localizada na Avenida Coletora, em frente ao Mercado Fernando Collor, no Município de Nossa Senhora do Socorro/SE.
Relator: Cons. Paulo Cezar dos Passos
Origem: Sergipe
- 50) Proposição nº 1.00714/2023-01
Requerentes: Rodrigo Badaró Almeida de Castro; Rogério Magnus Varela Gonçalves
Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Conselho Nacional de Corregedores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Recomendação que “Dispõe sobre a possibilidade de formalização do Acordo de Não Persecução Penal independentemente da confissão formal e circunstanciada a que alude o art. 28-A, do CPP”.
Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda
Origem: Distrito Federal
- 51) Conflito de Atribuições nº 1.00742/2023-20
Requerente: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Requerido: Procuradoria da República – Rio de Janeiro
Objeto: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Ministério Público Federal. Conflito negativo de atribuição. MPRJ nº 2022.001124233 – Inquérito Civil – MPF – 1.30.014.000129/2020-26. Exigência de providências por parte do DNIT em relação às ocupações já consolidadas nas faixas “non aedificandi” lindeiras à faixa de domínio da Rodovia Federal BR 101, no Município de Angra dos Reis.
Relatora: Cons. Ivana Lucia Franco Cei
Origem: Rio de Janeiro
- 52) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00757/2023-42
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Advogados: Luis Carlos Parreiras Abritta – OAB/MG nº 58.400; Iara Parreiras Candido Lamac – OAB/MG nº 102.959; Marcelo Miranda Parreiras – OAB/MG nº 70.316
Interessado: Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Apuração de prática de ato incompatível com a dignidade e decoro do cargo. Portaria CN-CODI Nº 176/2023. Informações colhidas na Reclamação Disciplinar nº 1.00517/2022-01.
Relator: Cons. Jayme Martins de Oliveira Neto
Origem: Minas Gerais
- 53) Reclamação Disciplinar nº 1.00791/2023-07 (Recurso Interno)
Recorrente: Cosme Ferreira Frank
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.
Relator: Cons. Rodrigo Badaró Almeida de Castro
Origem: Minas Gerais
- 54) Pedido de Providências nº 1.00801/2023-23 (Embargos de Declaração)
Embargante: Igor Cezar Rodrigues Silva
Embargado: Procuradoria da República – Rio de Janeiro
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Rio de Janeiro. NF 1.26.000.001598/2022-14.

Alega promoção indevida de arquivamento da denúncia realizada pelo requerente ao Ministério Público Federal, e questiona decisão da 5ª CCR que homologou tal decisão de arquivamento.

Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: Rio de Janeiro

55) Pedido de Providências nº 1.00808/2023-09 (Embargos de Declaração)

Embargante: Ana Lucia Cordeiro Julião da Costa
Embargado: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Objeto: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Atuação. Promoção de arquivamento. Procedimento MPRJ nº 2023.00625962 (SEI 20.22.0001.0041367.2023-62). Apuração de diversos crimes cometidos contra a requerente. Perseguição e violência psicológica.

Relator: Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: Rio de Janeiro

56) Conflito de Atribuições nº 1.00857/2023-88

Requerente: Procuradoria da República – Pernambuco
Requerido: Ministério Público do Estado de Pernambuco
Objeto: Ministério Público Federal no Estado de Pernambuco. NF 1.26.000.002936/2023-16. Ministério Público do Estado de Pernambuco. Ouvidoria nº 999022. Manifestação nº 20230058410. Conflito Negativo de Atribuições. Apura suposta prática do crime de falsificação de documento público (alvará de funcionamento e certidões negativas) em autoescolas localizadas no Município de Jaboatão dos Guararapes/PE.

Relator: Cons. Paulo Cezar dos Passos
Origem: Pernambuco

57) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00904/2023-20 (Processo Sigiloso)

Requerente: Sigiloso
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Amazonas
Advogados: Daniel Cardoso Gerhard – OAB/MG nº 101473; Aline Auzier Franca – OAB/AM nº 17.230; Ana Luiza Moraes Rebouças – OAB/AM nº 5.891
Interessado: Ministério Público do Estado do Amazonas
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado do Amazonas. Descumprimento dos deveres funcionais. Promoção de declínio de atribuição para conduzir o PIC n.º 06.2020.00000407-0 em favor do GAECO. Violação do Princípio do Promotor Natural. Sindicância n.º 1.00617/2022-39. Portaria CNMP-CN nº 164/2023.

Relator: Cons. Rodrigo Badaró Almeida de Castro
Origem: Amazonas

58) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.00908/2023-44 (Recurso Interno)

Recorrente: Ministério Público do Estado de Goiás
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado de Goiás
Advogado: Paulo Nicholas de Freitas Nunes – OAB/AL nº 5076
Objeto: Ministério Público do Estado de Goiás. Revisão de Processo Disciplinar. Sindicância nº 202200082938. Anulação da decisão condenatória em razão de vícios insanáveis. Pedido liminar.

Relator: Cons. Jayme Martins de Oliveira Neto
Origem: Goiás

59) Proposição nº 1.00917/2023-35

Requerente: Ângelo Fabiano Farias da Costa
Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Comissão de Preservação da Autonomia do Ministério Público; Conselho Nacional de Corregedores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Instituição da Política Nacional de Cibersegurança do Ministério Público (PNCiber-MP) e dá outras providências.
Relator: Cons. Jayme Martins de Oliveira Neto

Origem: Distrito Federal

60) Conflito de Atribuições nº 1.00932/2023-56

Requerente: Procuradoria da República – São Paulo

Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo

Objeto: Ministério Público Federal no Estado de São Paulo. Ministério Público do Estado de São Paulo. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 1.34.043.000260/2023-40. Procedimento MP/SP 38.0555.0001836/2023-4. Apuração de supostas irregularidades em divulgação de sites de jogos de azar e jogos de renda extra por influenciadores digitais.

Relator: Cons. Paulo Cezar dos Passos

Origem: São Paulo

61) Proposição nº 1.00997/2023-00

Requerentes: Moacyr Rey Filho; Rodrigo Badaró Almeida de Castro

Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Conselho Nacional de Corregedores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Recomendação. Recomenda diretrizes para o desenvolvimento, implementação e uso seguro e responsável de ferramentas de Inteligência Artificial Generativa no âmbito do Ministério Público brasileiro.

Relator: Cons. Fernando da Silva Comin

Origem: Distrito Federal

62) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.01011/2023-00

Requerentes: Bibiana Lorenzoni Sauthier; Yorranna Rafaela Silva Cunha

Advogado: Thiago Calandrini de Oliveira dos Anjos – OAB/AM nº 15899

Requerido: Ministério Público do Estado do Amazonas

Objeto: Ministério Público do Estado do Amazonas. Concurso público para provimento de vagas e formação de cadastro de reserva no cargo de Promotor de Justiça Substituto. Irresignação quanto à nota conferida em prova oral, na grade de Direito Constitucional e Direito Administrativo, bem como à resposta de recurso interposto. Pedido de liminar.

Relator: Cons. Paulo Cezar dos Passos

Origem: Amazonas

63) Proposição nº 1.01073/2023-95

Requerente: Jayme Martins de Oliveira Neto

Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Conselho Nacional de Corregedores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Dispõe sobre ação afirmativa de gênero, para acesso das promotoras de justiça às procuradorias de justiça.

Relator: Cons. Rogério Magnus Varela Gonçalves

Origem: Distrito Federal

64) Proposição nº 1.01082/2023-86 (Embargos de Declaração)

Embargante: Associação Nacional dos Membros do Ministério Público Federal – AMPF

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Recomendação. Critérios para fins de promoção e remoção por merecimento e para permuta de integrantes do Ministério Público brasileiro.

Relatora: Cons. Ivana Lucia Franco Cei

Origem: Distrito Federal

65) Proposição nº 1.01103/2023-09 (Processo Sigiloso)

Requerente: Ângelo Fabiano Farias da Costa

- Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Comissão de Preservação da Autonomia do Ministério Público; Conselho Nacional de Corregedores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União
- Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Instituição da Política Nacional de Inteligência do Ministério Público e o Sistema de Inteligência do Ministério Público.
- Relator: Cons. Moacyr Rey Filho
Origem: Distrito Federal
- 66) Pedido de Providências nº 1.01105/2023-16 (Embargos de Declaração)
Embargante: Izziel Gomes do Amaral
Advogada: Tamita Rodrigues Tavares – OAB/MG nº 186070
Embargados: Ministério Público do Estado de Minas Gerais; Ministério Público do Trabalho; Procuradoria da República – Minas Gerais
Objeto: Ministério Público Federal no Estado de Minas Gerais. Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Alegação de que representantes ministeriais estariam utilizando manifestações exaradas em inquéritos policiais e investigações e colacionando-as em ações trabalhistas em face da empresa Claro S.A. Alegação de prejuízo a advogado.
Relator: Cons. Jayme Martins de Oliveira Neto
Origem: Minas Gerais
- 67) Reclamação Disciplinar nº 1.01116/2023-14 (Processo Sigiloso)
Requerente: Sigiloso
Advogado: Thales Dyego de Andrade Coelho – OAB/MA nº 11448-A
Requerido: Sigiloso
Advogado: Fabiano de Cristo Cabral Rodrigues Junior – OAB/MA nº 9.472-A
Interessado: Sigiloso
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado do Maranhão.
Relator: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa
Origem: Maranhão
- 68) Proposição nº 1.01128/2023-76
Requerente: Rogério Magnus Varela Gonçalves
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução que dispõe sobre a realização da oitiva informal a que se refere o artigo 179, da Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).
Relator: Cons. Rodrigo Badaró Almeida de Castro
Origem: Distrito Federal
- 69) Proposição nº 1.01132/2023-99
Requerente: Rogério Magnus Varela Gonçalves
Interessados: Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios; Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Conselho Nacional de Corregedores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Federação Nacional dos Servidores dos Ministérios Públicos Estaduais; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Instituição da Política Nacional de Equidade de Gênero, étnica e racial no âmbito do Ministério Público brasileiro.
Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda
Origem: Distrito Federal
- 70) Pedido de Providências nº 1.01144/2023-40 (Recurso Interno)
Recorrente: Tobias Souza de Abreu
Recorrido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul

Objeto: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. Promoção de arquivamento. Apuração de racismo institucionalizado no Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio Grande do Sul. Indeferimento com argumentos que não condizem com a verdade dos fatos e com os ditames legais.

Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda

Origem: Rio Grande do Sul

71) Proposição nº 1.01148/2023-65

Requerentes: Moacyr Rey Filho; Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto

Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Conselho Nacional de Corregedores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução que dispõe sobre a Atuação Estrutural no Ministério Público brasileiro e dá outras providências.

Relator: Cons. Jayme Martins de Oliveira Neto

Origem: Distrito Federal

72) Pedido de Providências nº 1.01149/2023-19 (Recurso Interno)

Recorrente: Clemente Sissinio Anezio da Silva

Recorrido: Procuradoria da República – Distrito Federal

Objeto: Ministério Público Federal no Distrito Federal. 9º Ofício de Combate ao Crime e à Improbidade Administrativa. NF nº 1.16.000.004733/2022. DIGI-DENÚNCIA 20230087294/2023 (PR-DF-00090366/2023). Alega falta de análise adequada das documentações protocoladas junto à Procuradoria da República no Distrito Federal, o que ensejou o arquivamento de petição.

Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda

Origem: Distrito Federal

73) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00003/2024-37

Requerente: Paulo Ângelo Machado

Requerido: Ministério Público do Estado de Goiás

Objeto: Ministério Público do Estado de Goiás. 62º Concurso Público para provimento de vagas e formação de cadastro de reserva para o cargo de Promotor de Justiça. Edital nº 118/2023 – CSMP. Requer a análise da decisão que indeferiu a inscrição do requerente para concorrer às vagas reservadas a pessoa com deficiência. Pedido de Liminar.

Relator: Cons. Rogério Magnus Varela Gonçalves

Origem: Goiás

74) Pedido de Providências nº 1.00039/2024-00

Requerente: Regina Perrotta

Requerido: Ministério Público do Estado do Paraná

Objeto: Ministério Público do Estado do Paraná. Apresentação de documentos que ensejaram o arquivamento da Notícia de Fato nº 104.22.000624-1. Irregularidades no Termo de Ajuste de Conduta firmado entre o Ministério Público do Estado do Paraná e a Prefeitura do Município de Paranavaí/PR.

Relator: Cons. Rodrigo Badaró Almeida de Castro

Origem: Paraná

75) Conflito de Atribuições nº 1.00040/2024-54

Requerente: Ministério Público do Estado de Alagoas

Requerido: Procuradoria da República – Alagoas

Objeto: Ministério Público do Estado de Alagoas. Ministério Público Federal. Conflito negativo de atribuição. Autos nº 02.2022.00005158-2. Apuração de possíveis irregularidades no Fundo Municipal de Saúde – FMS de Jaramataia/AL.

Relator: Cons. Moacyr Rey Filho

Origem: Alagoas

- 76) Pedido de Providências nº 1.00041/2024-08
Requerente: Renato de Almeida Freitas Junior
Requerido: Ministério Público do Estado do Paraná
Objeto: Ministério Público do Estado do Paraná. Autos n.º 0025372-85.2023.8.16.0013. Alegação de irregularidades referentes ao acordo de não-persecução penal, contendo cláusula de sigilo.
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: Paraná
- 77) Pedido de Providências nº 1.00109/2024-02 (Recurso Interno)
Recorrente: Soraya Maria Campos
Recorrido: Ministério Público do Estado de São Paulo
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Alegação de omissão em investigar supostos crimes praticados por policiais em São Paulo.
Relator: Cons. Edvaldo Nilo de Almeida
Origem: São Paulo
- 78) Conflito de Atribuições nº 1.00134/2024-60
Requerente: Ministério Público do Estado de São Paulo
Requerido: Procuradoria da República – São Paulo
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Ministério Público Federal. Conflito negativo de atribuição. SEI n.º 29.0001.0197782.2023-20. Apuração sobre irregularidade consistente na ausência de Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros no Hospital Municipal de Diadema, em imóvel da União.
Relatora: Cons. Cíntia Menezes Brunetta
Origem: São Paulo
- 79) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00137/2024-20
Requerente: Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul
Advogado: Luiz Gustavo Capitani e Silva Reimann – OAB/RS nº 67.643
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul
Objeto: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. PGA nº 00033.000.149/2024. Lei Estadual nº 15.516/20. Alteração do Plano de Carreira dos Servidores com ampliação do número de Cargos em Comissão, com atribuições próprias de cargo de provimento efetivo. Solicita a suspensão do envio do anteprojeto de lei à Assembleia Legislativa do Estado. Alega que não foi oportunizada ao sindicato a participação nas tratativas que resultaram na elaboração do anteprojeto. Pedido de Liminar.
Relator: Cons. Rogério Magnus Varela Gonçalves
Origem: Rio Grande do Sul
- 80) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00139/2024-38
Requerente: Taisa Emiliano da Silva
Requerido: Ministério Público do Estado do Amazonas
Objeto: Ministério Público do Estado do Amazonas. Concurso público para ingresso na Carreira. Provimento de cargos de Promotor de Justiça Substituto. Prova Oral. Irregularidades processuais que afetaram a isonomia e a legalidade da avaliação. Determinação para que a banca examinadora disponibilize as filmagens e os espelhos de correção de todas as disciplinas da fase oral. Anulação da avaliação oral em Direito Constitucional e Administrativo, com a atribuição da nota máxima à requerente.
Relator: Cons. Paulo Cezar dos Passos
Origem: Amazonas
- 81) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00147/2024-75
Requerente: Jonivaldo de Sousa Sanches
Advogada: Rossilda Amaral Gomes Sanches – OAB/PA nº 11635
Requerido: Ministério Público do Estado do Pará
Objeto: Ministério Público do Estado do Pará. XIII Concurso Público para Ingresso na Carreira de Promotor de Justiça. Edital nº 1/2022. Alega irregularidades na comprovação do tempo de atividade jurídica na inscrição definitiva no certame. Desrespeito à Resolução CNMP nº 40/2009.

Relator: Cons. Fernando da Silva Comin
Origem: Pará

82) Proposição nº 1.00149/2024-82

Requerente: Moacyr Rey Filho
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Emenda Regimental que "Altera os artigos 160 e 161 do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público para estabelecer novos procedimentos e prazos para a elaboração, deliberação e encaminhamento do relatório anual de que trata o art. 130-A, § 2º, V, da Constituição Federal".

Relator: Cons. Rodrigo Badaró Almeida de Castro
Origem: Distrito Federal

83) Conflito de Atribuições nº 1.00151/2024-98

Requerente: Procuradoria da República – São Paulo
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Ministério Público Federal. Conflito negativo de atribuição. Notícia de Fato nº 1.34.024.000097/2023-43. Apuração referente à aplicação de verbas para a aquisição dos equipamentos para o Centro de Hemodiálise do Município de Piraju.

Relator: Cons. Jayme Martins de Oliveira Neto
Origem: São Paulo

84) Conflito de Atribuições nº 1.00157/2024-10

Requerente: Ministério Público do Estado de São Paulo
Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. 4º Promotor de Justiça do Consumidor da Capital. SIS Dig 0007.0000185/2024. Ministério Público do Estado de Minas Gerais. 6ª Promotoria de Justiça de Juiz de Fora. NF nº 02.16.0145.0028462/2023-96. Conflito Negativo de Atribuições. Falsa promessa de emprego, veiculada via WhatsApp, condicionando o preenchimento da vaga à apresentação de certificado de conclusão de curso ofertado pela empresa "CRC Treinamento e Desenvolvimento Profissional LTDA – CRC Educacional". Após compra e conclusão do curso para a "Lei Lucas" a vaga não é ofertada. Suposto crime de estelionato.

Relator: Cons. Edvaldo Nilo de Almeida
Origem: Minas Gerais

85) Pedido de Providências nº 1.00160/2024-89 (Apensos: Processos nºs 1.00338/2024-55; 1.00342/2024-78; 1.00343/2024-21; 1.00344/2024-85; 1.00163/2024-40; 1.00164/2024-01; 1.00165/2024-57; 1.00166/2024-00; 1.00169/2024-71; 1.00168/2024-18; 1.00174/2024-48; 1.00176/2024-55; 1.00180/2024-78; 1.00183/2024-39; 1.00184/2024-92; 1.00186/2024-08; 1.00187/2024-53; 1.00197/2024-06; 1.00198/2024-51; 1.00200/2024-47; 1.00202/2024-54; 1.00203/2024-08; 1.00208/2024-86; 1.00209/2024-30; 1.00210/2024-91; 1.00214/2024-06; 1.00216/2024-13; 1.00219/2024-84; 1.00221/2024-90; 1.00223/2024-05; 1.00224/2024-50; 1.00225/2024-04; 1.00227/2024-11; 1.00229/2024-29; 1.00230/2024-80; 1.00231/2024-34; 1.00234/2024-03; 1.00235/2024-59; 1.00236/2024-02; 1.00239/2024-73; 1.00240/2024-25; 1.00242/2024-32; 1.00248/2024-64; 1.00249/2024-18; 1.00251/2024-23; 1.00252/2024-87; 1.00253/2024-30; 1.00254/2024-94; 1.00256/2024-00; 1.00258/2024-09; 1.00259/2024-62; 1.00267/2024-08; 1.00271/2024-12; 1.00272/2024-76; 1.00276/2024-90; 1.00277/2024-44; 1.00282/2024-10; 1.00244/2024-40; 1.00263/2024-85; 1.00264/2024-39; 1.00265/2024-92; 1.00266/2024-46; 1.00269/2024-07; 1.00268/2024-53; 1.00270/2024-69; 1.00360/2024-50; 1.00374/2024-19; 1.00375/2024-72; 1.00384/2024-63; 1.00385/2024-17; 1.00386/2024-70; 1.00388/2024-88; 1.00245/2024-01; 1.00326/2024-01; 1.00327/2024-57; 1.00331/2024-70; 1.00350/2024-05; 1.00353/2024-76; 1.00354/2024-20; 1.00361/2024-03; 1.00362/2024-67; 1.00369/2024-42; 1.00387/2024-24)

Requerentes: Adilson Flores dos Santos; Adriano de Alencar Saboya; Aida Glanz; Almara Nogueira Mendes; Alvair Correa dos Santos; Ana Lucia Riani de Luna; Ana Luiza Alves Gomes; Angela Cristina Santos Pincelli; Antonia Seiunas Checanovski; Antonio Carlos Cavalcante Rodrigues; Antonio de Souza Neto; Antonio Henrique de Carvalho Ellery; Antonio Luiz Teixeira Mendes; Antonio Maurino Ramos; Atahualpa José Lobato Fernandez Neto; Beatriz de Holleben Junqueira Fialho; Cinara Sales Graeff; Claudia Carvalho do Nascimento; Cliceu Luis Bassetti; Danilo Octavio Monteiro da Costa; Denise Lapolla de Paula Aguiar Andrade; Débora Monteiro Lopes; Eclair Dias Mendes Martins; Eliana Traverso Calegari;

Eliane Souto Carvalho; Elizabeth Escobar Pirro; Emerson Marim Chaves; Evanna Soares; Graciene Ferreira Pinto; Guilherme Mastrichi Basso; Hegler Jose Horta Barbosa; Heleny Ferreira de Araujo Schittine; Hilda Leopoldina Pinheiro Barreto Furtado; Idalina Duarte Guerra; Inês Pedrosa de Andrade Figueira; Jaime Antonio Cimenti; Jairo Lins de Albuquerque Sento Sé; Janete Matias; Jorge Eduardo de Sousa Maia; José Eduardo Duarte Saad; José Francisco Thompson da Silva Ramos; José Sebastião de Arcoverde Rabelo; Joselita Nepomuceno Borba; José Alves Pereira Filho; Lair Carmen Silveira da Rocha Guimarães; Lelia Guimaraes Carvalho Ribeiro; Lucia Barroso de Britto Freire; Lucia Leão Jacobina Mesquita; Luis Carlos Cordova Burigo; Luiz Eduardo Aguiar do Valle; Marcia Flavia Santini Picarelli; Maria Amélia Bracks Duarte; Maria Aparecida Pasqualon; Maria Auxiliadora Alves Bockerhoff; Maria de Fatima Rosa Lourenço; Maria Helena Leão Grisi; Maria Manzano Maldonado; Maria Regina do Amaral Virmond; Marilza Geralda do Nascimento; Marisa Tiemann; Mariza da Carvalheira Baur; Monica de Macedo Guedes Lemos Ferreira; Myrian Magda Leal Godinho; Mônica Furegatti; Neli Andonini; Nilza Aparecida Migliorato; Norma Profeta Marques; Orlando de Melo; Paulo Borges da Fonseca Seger; Paulo Eduardo Pinto de Queiroz; Regina Fatima Bello Butrus; Reinaldo Jose Peruzzo Junior; Ruth Maria Fortes Andalafet; Ruy Mendes Pimentel Sobrinho; Sebastião Lemes Borges; Silvana Ranieri de Albuquerque Queiroz; Sonia Costa Motta; Sue Nogueira de Lima Verde; Sueli Teixeira Bessa; Teresa Cristina Dunka Rodrigues dos Santos; Terezinha Matilde Licks; Vitorio Morimoto; Yamara Viana de Figueiredo; Zelia Maria Cardoso Montal

Requeridos: Erick Wellington Lagana Lamarca; Ministério Público do Distrito Federal e Territórios; Ministério Público do Trabalho; Ministério Público Federal; Ministério Público Militar
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Pedido de integração da parcela denominada “acumulação de acervos”, prevista na Resolução 256 do CNMP, aos contracheques dos aposentados.
Relator: Cons. Rogério Magnus Varela Gonçalves
Origem: Distrito Federal

86) Conflito de Atribuições nº 1.00172/2024-30

Requerente: Procuradoria da República – Bahia
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia
Objeto: Ministério Público Federal. Ministério Público do Estado da Bahia. Conflito negativo de atribuição. NF 1.14.009.000065/2022-48. Apuração de irregularidades no processo de concessão de licença ambiental à empresa Granitos Vila Ltda. para exploração de mármore na propriedade denominada “Sítio Riacho do Atalho”, no Município de Novo Horizonte/BA, cuja atividade teria causado danos ambientais com impactos no bem-estar e na saúde da comunidade.
Relatora: Cons. Cíntia Menezes Brunetta
Origem: Bahia

87) Conflito de Atribuições nº 1.00178/2024-62

Requerente: Procuradoria da República – Rio de Janeiro
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Rio de Janeiro. Procuradoria da República no Município de São Gonçalo. NF – 1.30.001.005450/2023-99. Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Meio Ambiente e do Patrimônio Cultural da Capital. MPRJ 2023.00180156. Conflito Negativo de Atribuições. Apura suposta construção irregular do novo campus do Instituto de Matemática Pura e Aplicada – IMPA, organização social não integrante da Administração Pública federal, em área de preservação permanente (encosta).
Relator: Cons. Rogério Magnus Varela Gonçalves
Origem: Rio de Janeiro

88) Conflito de Atribuições nº 1.00179/2024-16

Requerente: Procuradoria da República – São Paulo
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo
Objeto: Ministério Público Federal. Ministério Público do Estado de São Paulo. Conflito negativo de atribuição. Notícia de Fato n.º 1.34.024.000015/2024-41 (43.0240.0000640/2023-6). Possível demora na implementação do piso salarial nacional da enfermagem no Município

de Canitar/SP.

Relator: Cons. Edvaldo Nilo de Almeida
Origem: São Paulo

89) Conflito de Atribuições nº 1.00195/2024-90

Requerente: Procuradoria da República – Goiás
Requerido: Ministério Público do Estado de Goiás
Objeto: Ministério Público Federal do Estado de Goiás. Procuradoria da República no Município de Luziânia. NF nº 1.18.002.000076/2024-19. Ministério Público do Estado de Goiás. 6ª Promotoria de Justiça de Luziânia. Autos Extrajudiciais nº 202400002180. Conflito Negativo de Atribuições. Apura possíveis irregularidades na etapa estadual de escolha dos delegados para participarem da etapa nacional da Conferência Nacional de Educação – CONAE 2024, com o fim de elaborar o Plano Nacional de Educação 2024-2034. Alega ainda que a lista de observadores foi confeccionada com favorecimento, visto que membros que não participaram de nenhuma etapa da CONAE foram escolhidos em detrimento daqueles que participaram.

Relator: Cons. Jayme Martins de Oliveira Neto
Origem: Goiás

90) Conflito de Atribuições nº 1.00201/2024-09

Requerente: Ministério Público do Estado do Amazonas
Requerido: Procuradoria da República – Amazonas
Objeto: Ministério Público do Estado do Amazonas. Ministério Público Federal. Conflito negativo de atribuição. IPL nº. 2020.0043277 (Procedimento de Gestão Administrativa nº. 001.2024.000003). Apuração de possíveis crimes de falsidade ideológica e elaboração e/ou apresentação de documentos falsos em processos administrativos ambientais, e outros, apurados na Operação Arquimedes, com a finalidade de dar lastro a madeiras comercializadas ilegalmente.

Relator: Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: Amazonas

91) Proposição nº 1.00205/2024-15

Requerente: Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Dispõe sobre a integração da atuação do Ministério Público brasileiro para o enfrentamento de práticas que atentem contra a liberdade de voto durante o período das eleições.

Relator: Cons. Paulo Cezar dos Passos
Origem: Distrito Federal

92) Procedimento Avocado nº 1.00207/2024-22 (Processo Sigiloso)

Requerente: Sigiloso
Advogado: Adair Jose Longuini – OAB/AC nº 436
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Acre
Interessados: Ministério Público do Estado do Acre; Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Acre
Objeto: Ministério Público do Estado do Acre. Reclamação Disciplinar nº 1.00846/2022-90. Avocação do Processo Administrativo Disciplinar nº 10.2022.00000046-0.

Relator: Cons. Fernando da Silva Comin
Origem: Acre

93) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00273/2024-20

Requerente: Enderson Flavio Costa Lima
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia
Interessado: Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos – CEBRASPE

Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Concurso Público para o Cargo de Promotor de Justiça Substituto do Ministério Público do Estado da Bahia. Requer que a comissão de concurso altere a data da arguição oral do requerente por coincidir com a data da prova discursiva do Concurso Público para o Cargo de Promotor de Justiça Substituto do Ministério Público do Estado de Goiás, anteriormente agendada. Pedido de Liminar.

Relator: Cons. Jayme Martins de Oliveira Neto
Origem: Bahia

- 94) Representação por Inércia ou Excesso de Prazo nº 1.00279/2024-51
Requerente: Elizete Oliveira Lopes
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Objeto: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Alegação de negligência por parte do Parquet estadual, referente à solicitação de medida protetiva.
Relator: Cons. Rogério Magnus Varela Gonçalves
Origem: Rio de Janeiro
- 95) Conflito de Atribuições nº 1.00280/2024-03
Requerente: Procuradoria da República – Rio de Janeiro
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Interessado: Jairo da Silva
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Rio de Janeiro. Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 1.30.001.001115/2024-01. Notícia de Fato (Peça de Informação) nº 02.22.0007.0012927/2023-15. Apuração de possível ocorrência de dano ambiental consistente em transporte rodoviário irregular de carga potencialmente poluidora. Município de Barra Mansa/RJ.
Relator: Cons. Edvaldo Nilo de Almeida
Origem: Rio de Janeiro
- 96) Conflito de Atribuições nº 1.00351/2024-69
Requerente: Ministério Público do Estado de São Paulo
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Ministério Público do Estado da Bahia. Conflito negativo de atribuição. Inquérito Policial n.º 0002203-42.2024.8.26.0050. Apuração de possível crime de estelionato, com vítima residente em Bonito/BA, que induzida a erro, realizou transferência para agência bancária na cidade de Capela do Socorro/SP.
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: Bahia

PAULO GUSTAVO GONET BRANCO
Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público

SECRETARIA GERAL

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Sessão de Distribuição Automática de Processos

Data de distribuição: 01/04/2024
Processo: 1.00326/2024-01
Classe: Pedido de Providências
Distribuição: GABINETE ROGERIO MAGNUS VARELA GONCALVES
Processo: 1.00327/2024-57
Classe: Pedido de Providências
Distribuição: GABINETE ROGERIO MAGNUS VARELA GONCALVES
Processo: 1.00328/2024-00
Classe: Pedido de Providências
Distribuição: GABINETE CINTIA MENEZES BRUNETTA
Processo: 1.00329/2024-64
Classe: Pedido de Providências
Distribuição: GABINETE ANTONIO EDILIO MAGALHAES TEIXEIRA
Processo: 1.00330/2024-16
Classe: Pedido de Providências
Distribuição: GABINETE EDVALDO NILO DE ALMEIDA
Processo: 1.00331/2024-70
Classe: Pedido de Providências
Distribuição: GABINETE ROGERIO MAGNUS VARELA GONCALVES
Processo: 1.00332/2024-23
Classe: Procedimento de Controle Administrativo
Distribuição: GABINETE PAULO CEZAR DOS PASSOS
Processo: 1.00333/2024-87
Classe: Notícia de Fato
Distribuição: CORREGEDORIA
Processo: 1.00334/2024-30
Classe: Notícia de Fato
Distribuição: CORREGEDORIA
Processo: 1.00335/2024-94
Classe: Notícia de Fato
Distribuição: CORREGEDORIA
Processo: 1.00336/2024-48
Classe: Reclamação Disciplinar
Distribuição: CORREGEDORIA
Processo: 1.00337/2024-00

Classe: Procedimento de Controle Administrativo

Distribuição: GABINETE MOACYR REY FILHO

Processo: 1.00338/2024-55

Classe: Pedido de Providências

Distribuição: GABINETE ROGERIO MAGNUS VARELA GONCALVES

Processo: 1.00339/2024-09

Classe: Pedido de Providências

Distribuição: GABINETE MOACYR REY FILHO

Processo: 1.00340/2024-60

Classe: Conflito de Atribuições

Distribuição: GABINETE JAIME DE CASSIO MIRANDA

Processo: 1.00341/2024-14

Classe: Pedido de Providências

Distribuição: GABINETE PAULO CEZAR DOS PASSOS

Processo: 1.00342/2024-78

Classe: Pedido de Providências

Distribuição: GABINETE ROGERIO MAGNUS VARELA GONCALVES

Processo: 1.00344/2024-85

Classe: Pedido de Providências

Distribuição: GABINETE ROGERIO MAGNUS VARELA GONCALVES

Processo: 1.00343/2024-21

Classe: Pedido de Providências

Distribuição: GABINETE ROGERIO MAGNUS VARELA GONCALVES

Processo: 1.00345/2024-39

Classe: Reclamação Disciplinar

Distribuição: CORREGEDORIA

Processo: 1.00346/2024-92

Classe: Reclamação Disciplinar

Distribuição: CORREGEDORIA

Data de distribuição: 02/04/2024

Processo: 1.00347/2024-46

Classe: Reclamação Disciplinar

Distribuição: CORREGEDORIA

Processo: 1.00348/2024-08

Classe: Reclamação Disciplinar

Distribuição: CORREGEDORIA

Processo: 1.00349/2024-53

Classe: Pedido de Providências

Distribuição: GABINETE MOACYR REY FILHO

Processo: 1.00350/2024-05

Classe: Pedido de Providências

Distribuição: GABINETE ROGERIO MAGNUS VARELA GONCALVES

Processo: 1.00351/2024-69

Classe: Conflito de Atribuições

Distribuição: GABINETE ENGELS AUGUSTO MUNIZ

Processo: 1.00352/2024-12

Classe: Notícia de Fato

Distribuição: CORREGEDORIA

Processo: 1.00353/2024-76

Classe: Pedido de Providências

Distribuição: GABINETE ROGERIO MAGNUS VARELA GONCALVES

Processo: 1.00354/2024-20

Classe: Pedido de Providências

Distribuição: GABINETE ROGERIO MAGNUS VARELA GONCALVES

Data de distribuição: 03/04/2024

Processo: 1.00355/2024-83

Classe: Reclamação Disciplinar

Distribuição: CORREGEDORIA

Processo: 1.00356/2024-37

Classe: Conflito de Atribuições

Distribuição: GABINETE MOACYR REY FILHO

Processo: 1.00357/2024-90

Classe: Conflito de Atribuições

Distribuição: GABINETE EDVALDO NILO DE ALMEIDA

Processo: 1.00358/2024-44

Classe: Processo Administrativo Disciplinar

Distribuição: GABINETE MOACYR REY FILHO

Processo: 1.00359/2024-06

Classe: Processo Administrativo Disciplinar

Distribuição: GABINETE JAYME MARTINS DE OLIVEIRA NETO

Processo: 1.00360/2024-50

Classe: Pedido de Providências

Distribuição: GABINETE ROGERIO MAGNUS VARELA GONCALVES

Data de distribuição: 04/04/2024

Processo: 1.00361/2024-03

Classe: Pedido de Providências

Distribuição: GABINETE ROGERIO MAGNUS VARELA GONCALVES

Processo: 1.00362/2024-67

Classe: Pedido de Providências

Distribuição: GABINETE ROGERIO MAGNUS VARELA GONCALVES

Processo: 1.00363/2024-10

Classe: Pedido de Providências
Distribuição: GABINETE ENGELS AUGUSTO MUNIZ
Processo: 1.00364/2024-74
Classe: Conflito de Atribuições
Distribuição: GABINETE IVANA LUCIA FRANCO CEI
Processo: 1.00365/2024-28
Classe: Reclamação Disciplinar
Distribuição: CORREGEDORIA
Processo: 1.00366/2024-81
Classe: Reclamação Disciplinar
Distribuição: CORREGEDORIA
Processo: 1.00367/2024-35
Classe: Reclamação Disciplinar
Distribuição: CORREGEDORIA
Processo: 1.00368/2024-99
Classe: Reclamação Disciplinar
Distribuição: CORREGEDORIA
Processo: 1.00369/2024-42
Classe: Pedido de Providências
Distribuição: GABINETE ROGERIO MAGNUS VARELA GONCALVES
Processo: 1.00370/2024-02
Classe: Representação por Inércia ou Excesso de Prazo
Distribuição: GABINETE JAIME DE CASSIO MIRANDA

Data de distribuição: 05/04/2024
Processo: 1.00371/2024-58
Classe: Procedimento de Controle Administrativo
Distribuição: GABINETE ENGELS AUGUSTO MUNIZ
Processo: 1.00372/2024-01
Classe: Avocação
Distribuição: GABINETE JAIME DE CASSIO MIRANDA
Processo: 1.00373/2024-65
Classe: Pedido de Providências
Distribuição: GABINETE JAIME DE CASSIO MIRANDA
Processo: 1.00374/2024-19
Classe: Pedido de Providências
Distribuição: GABINETE ROGERIO MAGNUS VARELA GONCALVES
Processo: 1.00375/2024-72
Classe: Pedido de Providências
Distribuição: GABINETE ROGERIO MAGNUS VARELA GONCALVES
Processo: 1.00376/2024-26
Classe: Notícia de Fato

Distribuição: CORREGEDORIA
Processo: 1.00377/2024-80
Classe: Notícia de Fato
Distribuição: CORREGEDORIA
Processo: 1.00378/2024-33
Classe: Notícia de Fato
Distribuição: CORREGEDORIA
Processo: 1.00379/2024-97
Classe: Reclamação Disciplinar
Distribuição: CORREGEDORIA
Processo: 1.00380/2024-49
Classe: Notícia de Fato
Distribuição: CORREGEDORIA
Processo: 1.00381/2024-00
Classe: Notícia de Fato
Distribuição: CORREGEDORIA
Processo: 1.00382/2024-56
Classe: Reclamação Disciplinar
Distribuição: CORREGEDORIA
Processo: 1.00383/2024-00
Classe: Pedido de Providências
Distribuição: GABINETE MOACYR REY FILHO
Processo: 1.00384/2024-63
Classe: Pedido de Providências
Distribuição: GABINETE ROGERIO MAGNUS VARELA GONCALVES
Processo: 1.00385/2024-17
Classe: Pedido de Providências
Distribuição: GABINETE ROGERIO MAGNUS VARELA GONCALVES
Processo: 1.00386/2024-70
Classe: Pedido de Providências
Distribuição: GABINETE ROGERIO MAGNUS VARELA GONCALVES
Processo: 1.00387/2024-24
Classe: Pedido de Providências
Distribuição: GABINETE ROGERIO MAGNUS VARELA GONCALVES
Processo: 1.00388/2024-88
Classe: Pedido de Providências
Distribuição: GABINETE ROGERIO MAGNUS VARELA GONCALVES
Processo: 1.00389/2024-31
Classe: Procedimento de Controle Administrativo
Distribuição: GABINETE CINTIA MENEZES BRUNETTA
Processo: 1.00390/2024-93
Classe: Correição

Distribuição: CORREGEDORIA

Eric Lopez Medeiros de Souza
Coordenador de Autuação e Distribuição
SPR/CNMP

PLENÁRIO

DECISÕES DE 5 ABRIL DE 2024

PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS Nº 1.00349/2024-53

Relator: Conselheiro Moacyr Rey Filho

Requerente: Fernando Ferreira Fernandes Junior

Requerido: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS. MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. PRETENSÃO DE IMPEDIR A ANULAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO DA POLÍCIA MILITAR ESTADUAL E DE SUSPENDER A APLICAÇÃO DA NOVA PROVA DESIGNADA. PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. ATIVIDADE FINALÍSTICA. INDEPENDÊNCIA FUNCIONAL. IMPOSSIBILIDADE. ENUNCIADO CNMP Nº 6. NÃO CONHECIMENTO. POSSÍVEL INÉRCIA DE PROMOTORA NA CONDUÇÃO DE PROCEDIMENTO. NOTIFICAÇÃO DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

I - Trata-se de Pedido de Providências em face do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro no qual são requeridas providências para impedir a anulação do Concurso Público para soldado da Polícia Militar do Rio de Janeiro, bem como para suspender a aplicação da nova prova designada, aduzindo ausência de fundamentação nas manifestações da Promotora de Justiça que indeferiu questionamentos nesse sentido.

II – Não conhecimento dos pedidos de impedir a anulação do aludido certame e de suspender a aplicação da nova prova, por ser medida que caracteriza interferência indevida no exercício das atribuições finalísticas do membro ministerial, resguardadas pelo princípio da independência funcional, restando prejudicado o pedido de antecipação de tutela formulado. Enunciado CNMP nº 6.

III – Quanto à alegação de possível inércia na atuação da Promotora de Justiça no âmbito do recurso ofertado na manifestação nº 2024.00085672, nos termos dos arts. 141 c/c 126 do RICNMP, notifique-se o Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, preste informações sobre o teor das alegações lançadas na inicial.

DECISÃO

[...] Ante o exposto, NÃO CONHEÇO dos pedidos de impedir a anulação do certame e de suspender a aplicação da nova prova designada, a ocorrer em 7 de abril de 2024, por ser medida que caracteriza interferência indevida no exercício das atribuições finalísticas do membro ministerial, resguardadas pelo princípio da independência funcional, nos termos do art. 43, inciso IX, alíneas “c” e “d”, do RICNMP, restando PREJUDICADO o pedido de antecipação de tutela respectivo.

No que se refere à alegação de possível inércia na atuação da Promotora de Justiça Patrícia do Couto Villela no âmbito do recurso ofertado na manifestação nº 2024.00085672, dando seguimento ao rito regimental e com escopo de melhor esclarecer os fatos noticiados pelo requerente, decido, com fulcro nos arts. 141 c/c 126 do RICNMP, pela NOTIFICAÇÃO do Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, preste informações sobre o teor das alegações lançadas na inicial.

Registre-se. Publique-se. Intimem-se.

Brasília/DF, 5 de abril de 2024.

MOACYR REY FILHO

Conselheiro Nacional do Ministério Público

Pedido de Providências – PP nº 1.01059/2023-28

Requerente: Soraya Maria Campos

Requerido: Ministério Público do Estado do Paraná

Relator: Conselheiro Rodrigo Badaró

PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS. MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ. SUPOSTA CONDUTA IRREGULAR DE PROMOTOR DE JUSTIÇA. RELATO GENÉRICO E DESCONEXO DO QUAL NÃO SE EXTRAÍ FUNDAMENTAÇÃO RAZOÁVEL. INEXISTÊNCIA DE ELEMENTOS SUFICIENTES PARA INSTRUÇÃO DO FEITO. ARQUIVAMENTO.

DECISÃO

1. Trata-se de Pedido de Providências instaurado a partir de pedido formulado pela Sra. Soraya Maria Campos em desfavor de membro do Ministério Público do Estado do Paraná.
2. A requerente pleiteia a prisão de Promotor de Justiça de Castro, o qual seria responsável pela persecução criminal de policiais.
3. Afirma na inicial ter o promotor de justiça de Castro se associado ao delegado e a policiais para receber propina para extorqui-la.
4. O relato feito pela autora é genérico e desconexo, não sendo possível se extrair a fundamentação ou qualquer motivo plausível para a prisão de membro ministerial. Inexiste informação relativa à identificação dos policiais militares bem como do nome do promotor supostamente envolvido na extorsão, nem há registro do local nem da data da ocorrência dos alegados fatos.
5. Nenhuma documentação acompanha a peça inicial.
6. Nesse cenário, da narração dos fatos não decorre logicamente uma conclusão, não sendo possível sequer identificar claramente qual o pedido formulado, o que é fundamental para o exame adequado da demanda.
7. Saliento que há informação nos autos de que, após pesquisa feita nos sistemas de registros processuais, constatou-se a existência de, pelo menos, 19 (dezenove) processos com objetos semelhantes ao deste feito.
8. Sendo assim, forçoso reconhecer que a manifestação inicial não traz elementos suficientes para a instrução do feito, impedindo uma análise satisfatória e justa para a conclusão do procedimento.
9. Considerando-se, pois, o contexto apresentado, conclui-se que a situação fática concreta não autoriza o prosseguimento do feito, ou permite qualquer providência a ser adotada pelo CNMP.
10. Ante o exposto, determino, com fulcro no artigo 43, inciso IX, alínea “b”, do Regimento Interno do CNMP, o arquivamento do presente feito.
11. Intime-se.
12. Publique-se.

Brasília, 05 de abril de 2024.

RODRIGO BADARÓ

Conselheiro Relator

Pedido de Providências – PP nº 1.00031/2024-63

Requerente: Ana Paula Marcelino da Silva Requerido: Ministério Público do Estado de Pernambuco

Relator: Engels Augusto Muniz

DECISÃO

PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS. MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO. PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS. NECESSIDADE DE SUBSTITUIÇÃO DE PROFESSORES TEMPORÁRIOS POR APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO. AUSÊNCIA DE INÉRCIA, OMISSÃO OU EXCESSO DE PRAZO NA CONDUÇÃO DOS PROCEDIMENTOS. ATIVIDADE FINALÍSTICA. PRINCÍPIO DA INDEPENDÊNCIA FUNCIONAL. ENUNCIADO CNMP Nº 6. ARQUIVAMENTO.

Trata-se de Pedido de Providências em face do Ministério Público do Estado de Pernambuco (MP/PE), no qual se alega que o Parquet não tem adotado as providências necessárias para garantir que o Estado de Pernambuco realize as nomeações dos profissionais aprovados em concurso público para professores da rede estadual de ensino.

[...] CONCLUSÃO

Ante o exposto, em razão da manifesta improcedência e da incompatibilidade do pedido com o Enunciado CNMP nº 6, determino o ARQUIVAMENTO do feito amparado no art. 43, IX, b e d 1, do RICNMP. Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 05 de abril de 2024.

(documento assinado digitalmente)

ENGELS AUGUSTO MUNIZ

Conselheiro Relator

Representação por Inércia ou Excesso de Prazo – RIEP nº 1.00073/2024-79

Requerente: Angélica Gonçalves Lopes

Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará

Relator: Engels Augusto Muniz

DECISÃO

REPRESENTAÇÃO POR INÉRCIA OU EXCESSO DE PRAZO. MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ. ADOÇÃO DE PROVIDÊNCIAS PELO REQUERIDO. TRAMITAÇÃO COMPATÍVEL COM A COMPLEXIDADE DO PROCEDIMENTO. JUSTIFICATIVAS PLAUSÍVEIS E SUFICIENTES APRESENTADAS PELO MP/CE. ART. 43, IX, b, E ART. 87, § 3º, DO RICNMP. ARQUIVAMENTO.

Trata-se de Representação por Inércia ou Excesso de Prazo instaurada em face do Ministério Público do Estado do Ceará, em que se alega suposta inércia e excesso de prazo do Parquet na apuração da NF nº 01.2023.00010852-0

[...] CONCLUSÃO

Assim, considerando a razoabilidade das justificativas apresentadas pelo Ministério Público cearense e por já ter havido a regularização da irregularidade, entendo que se operou a perda do objeto da presente Representação. Ante todo o exposto, determino o ARQUIVAMENTO do feito, nos termos do art. 43, IX, b, e do art. 87, § 3º, do RICNMP. Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 05 de abril de 2024.

(documento assinado digitalmente)

ENGELS AUGUSTO MUNIZ

Conselheiro Relator

CORREGEDORIA NACIONAL

DECISÃO DE 05 DE ABRIL DE 2024

Notícia de Fato n. 1.00335/2024-94

Noticiante: Alessandro Batista Ranieri

CONCLUSÃO

Ante o exposto, tendo em vista a falta de interesse no prosseguimento da apuração manifestada pelo noticiante, determino o INDEFERIMENTO da presente notícia de fato, nos termos do art. 43, IX, “b”, do RICNMP. Determino, ainda, a cientificação da parte noticiante a respeito desta decisão, preferencialmente via sistema ELO. Determino, por fim, a comunicação ao Plenário, na forma regimental, sobre a presente decisão.

Publique-se, registre-se e intimem-se.

Brasília-DF, 05 de abril de 2024.

ÂNGELO FABIANO FARIAS DA COSTA
Corregedor Nacional do Ministério Público

DECISÕES DE 06 DE ABRIL DE 2024

Reclamação Disciplinar n. 1.00108/2022-60

Sindicado: Sigiloso

Interessado: Sigiloso

CONCLUSÃO

Ante o exposto, determino:

- a) o arquivamento da presente sindicância n. 1.00108/2022-60, na forma do art. 84 do RICNMP;
- b) a intimação, pelo sistema ELO, do representante, bem como do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, na pessoa do seu Procurador-Geral de Justiça;
- c) a ciência ao Plenário sobre esta decisão, na forma regimental.

Publique-se, registre-se e intimem-se, observadas as cautelas de sigilo.

Brasília-DF, 06 de abril de 2024.

ÂNGELO FABIANO FARIAS DA COSTA
Corregedor Nacional do Ministério Público

Notícia de Fato n. 1.00334/2024-30

Noticiante: Luan da Silva Pinheiro

CONCLUSÃO

Ante o exposto, em razão da impossibilidade de identificação do autor da conduta; da manifesta ausência de caráter disciplinar ao se delimitar a conduta noticiada; e da ausência de elementos de prova e de informação mínimos a ensejar a deflagração de procedimento disciplinar, determino o INDEFERIMENTO LIMINAR da presente Notícia de Fato, nos termos do artigo 73-A, § 2º, incisos I, II e IV do RICNMP.

Determino, ainda, a cientificação do Noticiante, LUAN DA SILVA PINHEIRO, preferencialmente via sistema ELO; e do Plenário, na forma regimental, sobre esta decisão.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília-DF, 06 de abril de 2024.

ÂNGELO FABIANO FARIAS DA COSTA
Corregedor Nacional do Ministério Público

Reclamação Disciplinar n. 1.00092/2024-94

Noticiante: Edilson Rodrigues Queiroz

CONCLUSÃO

Ante o exposto, DETERMINO o seguinte:

- a) o recebimento do presente Recurso Interno;
- b) a manutenção da decisão recorrida;
- c) a notificação do recorrente, Edilson Rodrigues Queiroz, a respeito desta decisão;
- d) com fundamento no art. 154, § 2º, do RICNMP, o encaminhamento do presente para distribuição.

Publique-se, registre-se e intimem-se.

Brasília-DF, 06 de abril de 2024.

ÂNGELO FABIANO FARIAS DA COSTA
Corregedor Nacional do Ministério Público

Notícia de Fato n. 1.00079/2024-80

Noticiante: Patrícia do Socorro Mendonça Rocha

CONCLUSÃO

Ante o exposto, em razão da manifesta ausência de caráter disciplinar ao se delimitar a conduta noticiada; da manifesta ausência de atribuição da Corregedoria Nacional; e da ausência de elementos de prova e de informação mínimos a ensejar a deflagração de procedimento disciplinar, determino o INDEFERIMENTO LIMINAR da presente Notícia de Fato, nos termos do artigo 73-A, § 2º, incisos II, III e IV do RICNMP.

Determino, ainda, a cientificação da Noticiante, Patrícia do Socorro Mendonça Rocha, preferencialmente via sistema ELO; e do Plenário, na forma regimental, sobre esta decisão. Publique-se. Intimem-se.

Brasília-DF, 06 de abril de 2024.

ÂNGELO FABIANO FARIAS DA COSTA
Corregedor Nacional do Ministério Público

Reclamação Disciplinar n. 1.00736/2023-08

Reclamante: José Renan Vasconcelos Calheiros

Reclamado: Membro do Ministério Público do Estado de Alagoas – Givaldo de Barros Lessa

Advogados: João Marcelo de Castro Novais – OAB/DF 22.762; Lucas Almeida de Lopes Lima – OAB/AL 12.623

CONCLUSÃO

Ante o exposto, determino a remessa de cópia dos autos à Secretaria Processual para instauração de Procedimento de Controle Administrativo, nos termos do art. 77, VI, do RICNMP e conforme requerimento constante da representação – devendo ser apreciado nos autos do PCA o pedido liminar, por escapar aos lindes da apuração disciplinar, voltando-se à revisão de ato administrativo.

Determino, outrossim, o sobrestamento da presente Reclamação Disciplinar pelo prazo de 90 (noventa) dias, aguardando-se a conclusão do PCA a ser deflagrado.

Publique-se, registre-se e intimem-se.

Brasília-DF, 06 de abril de 2024.

ÂNGELO FABIANO FARIAS DA COSTA
Corregedor Nacional do Ministério Público

Reclamação Disciplinar n. 1.00656/2023-53

Reclamante: Sigiloso

Reclamados: Sigilosos

CONCLUSÃO

Ante o exposto:

- a) RECEBO o recurso interno;
- b) mantenho a decisão recorrida pelos próprios fundamentos;
- c) determino, com fundamento no art. 154, § 2º, do RICNMP, o encaminhamento do recurso interno para distribuição a um relator.

Publique-se, registre-se e intimem-se, observadas as cautelas necessárias em função do sigilo.

Brasília-DF, 06 de abril de 2024.

ÂNGELO FABIANO FARIAS DA COSTA
Corregedor Nacional do Ministério Público

Reclamação Disciplinar n. 1.00485/2022-72

Reclamante: Flávia Mazzarotto Borges Tomazoni

Reclamado: Membro do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul – Marcelo Liscio Pedrotti

CONCLUSÃO

Ante o exposto:

- a) RECEBO o recurso interno;
- b) mantenho a decisão recorrida pelos próprios fundamentos;
- c) determino, com fundamento no art. 154, § 2º, do RICNMP, o encaminhamento do recurso interno para distribuição a um relator.

Publique-se, registre-se e intimem-se.

Brasília-DF, 06 de abril de 2024.

ÂNGELO FABIANO FARIAS DA COSTA
Corregedor Nacional do Ministério Público

Reclamação Disciplinar n. 1.00313/2024-98

Reclamante: Corregedoria Nacional

Reclamado: Ministério Público Federal

III - CONCLUSÃO

Ante o exposto, nos termos do art. 75, § 2º, do RICNMP, indefiro o sigilo dos autos.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília-DF, 06 de abril de 2024.

ÂNGELO FABIANO FARIAS DA COSTA
Corregedor Nacional do Ministério Público

Reclamação Disciplinar n. 1.00661/2023-20

Reclamante: Sigiloso

Reclamados: Sigilosos

CONCLUSÃO

Ante o exposto:

- a) RECEBO o recurso interno;
- b) mantenho a decisão recorrida pelos próprios fundamentos;
- c) determino, com fundamento no art. 154, § 2º, do RICNMP, o encaminhamento do recurso interno para distribuição a um relator.

Publique-se, registre-se e intimem-se, observadas as cautelas necessárias em função do sigilo.

Brasília-DF, 06 de abril de 2024.

ÂNGELO FABIANO FARIAS DA COSTA
Corregedor Nacional do Ministério Público

Reclamação Disciplinar n. 1.00090/2021-07

Reclamante: Humberto Sérgio Costa Lima, Jaques Wagner, Jean Paul Terra Prates, Paulo Renato Paim, Paulo Roberto Galvão da Rocha, Rogério Carvalho Santos e Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos

Reclamado: Membros do Ministério Público Federal – Athayde Ribeiro Costa, Deltan Martinazzo Dallagnol, Januário Paludo, Júlio Carlos Motta Noronha, Laura Gonçalves Tessler, Orlando Martello Júnior e Paulo Roberto Galvão de Carvalho

CONCLUSÃO

Ante o exposto, declaro a ocorrência da prescrição da pretensão punitivo-disciplinar e, como corolário, determino o ARQUIVAMENTO da presente Reclamação Disciplinar, nos termos do que preconiza o art. 43, VII e IX, e, do RICNMP.

Determino ainda, a cientificação dos reclamantes Humberto Sérgio Costa Lima, Jaques Wagner, Jean Paul Terra Prates, Paulo Renato Paim, Paulo Roberto Galvão da Rocha, Rogério Carvalho Santos e Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos, via ofício, e dos membros reclamados Athayde Ribeiro Costa, Deltan Martinazzo Dallagnol, Januário Paludo, Júlio Carlos Motta Noronha, Laura Gonçalves Tessler, Orlando Martello Júnior e Paulo Roberto Galvão de Carvalho, via sistema ELO. Determino, por fim, a comunicação ao Plenário, na forma regimental, sobre esta decisão.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília-DF, 06 de abril de 2024.

ÂNGELO FABIANO FARIAS DA COSTA
Corregedor Nacional do Ministério Público